



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA: UM RELATO DE
EXPERIÊNCIA EM UM CREI DO MUNICÍPIO DE CABEDELO/PB**

THALITA CARVALHO CARNEIRO DE LIMA

JOÃO PESSOA – PB

2021

THALITA CARVALHO CARNEIRO DE LIMA

**A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA: UM RELATO DE
EXPERIÊNCIA EM UM CREI DO MUNICÍPIO DE CABEDELO/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Federal da Paraíba, em
cumprimento às exigências para a obtenção
do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^{fa} Dr^a Ana Luisa Nogueira de Amorim

JOÃO PESSOA - PB

2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732e Lima, Thalita Carvalho Carneiro de.

A Educação infantil no contexto da pandemia: um relato de experiência em um CREI do município de Cabedelo/PB / Thalita Carvalho Carneiro de Lima. - João Pessoa, 2021.
44 f. : il.

Orientação: Ana Luísa Nogueira de Amorim.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Educação infantil. 2. Ensino remoto. 3. Desenvolvimento infantil. I. Amorim, Ana Luísa Nogueira de. II. Título.

UFPB/BS/CE

CDU 373.2(043.2)

THALITA CARVALHO CARNEIRO DE LIMA

**A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA: UM RELATO DE
EXPERIÊNCIA EM UM CREI DO MUNICÍPIO DE CABEDELO/PB**

APROVADO EM: 03/ 12/ 2021.

BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Ana Luisa Nogueira de Amorim
(Orientadora)

Profª Drª Emília Cristina Ferreira de Barros
(Examinadora)

Profª Drª Veridiana Xavier Dantas
(Examinadora)

JOÃO PESSOA - PB
2021

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, por estar comigo nos momentos de aflições. A minha família, amigos, e a minha orientadora, por me apoiarem e acompanharem a minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força, paciência e por nunca me permitir desistir e sempre persistir. E ainda, por todos os caminhos que cruzamos para chegar até aqui e acredito que graças ao nosso Senhor, novos caminhos iremos trilhar. E o mais importante, sabedoria em momentos bons e difíceis.

À minha família, por acreditar em mim, desde o início até o fim, e por ter enfrentado as dificuldades financeiras que me abalaram bem no início e fez até pensar em desistir. Ao meu tio (*in memoriam*), que infelizmente faleceu antes de me ver ingressar na universidade, ele foi uma pessoa que me criou com muito amor, carinho e nunca vou esquecê-lo.

Ao meu esposo, Rafael que se tornou o meu porto seguro neste ano, a quem estou dedicando a minha vida e por ser o meu suporte e meu maior torcedor.

Aos meus amigos e colegas da UFPB, em especial, Lucivânia, Ana Rita, Géssica, Samara e Vitor Assis que passaram todos esses momentos ao meu lado, compartilhando alegrias e tristezas. E, mesmo após a conclusão do curso, continuaremos nossa amizade.

Agradeço também a UFPB, não apenas pela minha formação, como pela formação de todas as pessoas que passaram por ela. Sou extremamente grata por ela existir e ainda continuar existindo, e também, aos professores que se empenham e dedicam-se em formar os melhores profissionais.

À minha orientadora, Ana Luísa pela compreensão, orientação e por compartilhar o seu conhecimento na realização deste. Esta oportunidade vai me permitir realizar o meu maior sonho, que é ser professora.

Um excelente educador não é um ser humano perfeito, mas alguém que tem a serenidade para se esvaziar e sensibilidade para aprender.

(Augusto Cury)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso se insere no contexto da Educação Infantil por tratar das condições de ensino e aprendizagem das crianças na faixa etária de 0 aos 5 anos. Para tanto, este trabalho tem como objetivo investigar como se desenvolveram os projetos educativos em um Centro de Referência em Educação Infantil (CREI) do município de Cabedelo/PB durante o contexto de trabalho remoto considerando as abordagens didáticas através do Projeto Educacional Criança Cidadã, elaborado no município de Cabedelo-PB, como também a partir de outros projetos desenvolvidos no CREI. Para tanto, utilizamos como aporte teórico as contribuições dos autores Paschoal e Machado (2009), Alves (2020) e Ribeiro e Clímaco (2020), além dos documentos voltados a educação infantil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), dentre outros documentos. Este trabalho trata-se de um estudo qualitativo e descritivo que relaciona os conhecimentos teóricos e práticos a partir das experiências vividas em um CREI localizado no município de Cabedelo. Os resultados indicaram que durante o ano de 2020 a partir do mês de junho em diante, foram muitos os desafios encontrados para inserção do trabalho remoto, principalmente com relação à gravação dos vídeos e desenvolvimento das atividades que tiveram como referência os parâmetros abordados nos Projetos Educacionais desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação em conjuntos com os CREIs.

Palavras-chave: Educação Infantil. Ensino remoto. Desenvolvimento infantil.

ABSTRACT

This course completion work is part of the context of Early Childhood Education for dealing with the teaching and learning conditions of children aged 0 to 5 years old. Therefore, this work aims to investigate how to develop the educational projects in a Reference Center in Early Childhood Education (CREI) in the city of Cabedelo/PB during the remote work context considering the didactic approaches through the Child Citizen Educational Project, prepared in the municipality of Cabedelo-PB, as well as in front of other projects developed at CREI. For this purpose, we use the authors' contributions as theoretical support. Paschoal and Machado (2009), Alves (2020) and Ribeiro and Clímaco (2020), in addition to the documents aimed at early childhood education, the Law of Guidelines and Bases of Education National (LDB), the Common National Curriculum Base (BNCC), the Curriculum Reference National for Early Childhood Education (RCNEI), the National Curriculum Guidelines of Early Childhood Education (DCNEI), among other documents. This work is about a qualitative and descriptive study that relates theoretical and practical knowledge to the experiences lived in a CREI located in the municipality of Cabedelo. The results indicated that during the year 2020 from the month of June onwards, there were many challenges found for remote work insertion, mainly with regard to recording of videos and development of activities that had as a reference the parameters covered in the Educational Projects developed by the Secretariat Municipal Education in conjunction with the CREIs.

Keywords: Early Childhood Education. Remote teaching. Child development.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPED	Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CREI	Centro de Referência em Educação Infantil
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil
EAD	Educação a Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial de Saúde
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	BREVE TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	13
2.1	O Contexto da Pandemia e a Educação Infantil	18
3	METODOLOGIA DA PESQUISA	23
4	RELATOS DE EXPERIÊNCIA DOS PROJETOS EDUCATIVOS DESENVOLVIDOS NO CREI DE CABEDELO/PB	26
4.1	Projeto Educativo Coisas de Criança Cidadã.....	32
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
	REFERÊNCIAS.....	41

1. INTRODUÇÃO

No ano de 2020 o Brasil e o mundo foram marcados por um acontecimento que mudou a vida e a rotina de muitas pessoas. A pandemia decorrente da Covid-19, que teve início na cidade Wuhan, na China, sendo identificado o primeiro caso aqui no Brasil em fevereiro do mesmo ano. Visando conter a transmissão e proliferação da doença foram necessárias medidas de distanciamento e isolamento social, assim, comércio, bares, restaurantes, igrejas, academias, escolas e outros locais tiveram suas portas fechadas durante algumas semanas do mês de março.

Em decorrência, muitos foram os desafios, principalmente no âmbito educacional sem a realização de aulas presenciais. Neste cenário, pais, crianças e educadores tiveram que se adaptar a atual realidade. Assim, para atender as normas de isolamento as aulas e atividades passaram a ser realizadas remotamente (online), houve uma flexibilização em relação a carga horária e aos objetivos de aprendizagem em virtude das necessárias adequações no contexto da pandemia.

Visto que as atividades remotas são desafiadoras tanto para os estudantes do Ensino Fundamental quanto para os do Ensino Médio, considerando, portanto, o contexto da educação infantil que atua com crianças de 0 a 5 anos de idade, essa realidade se configura como um desafio ainda maior.

Considerando esse cenário, este trabalho toma como objeto de pesquisa o contexto da Educação Infantil, por tratar-se de um campo amplo de informações, tornou-se necessário estabelecer uma delimitação teórica, tendo em vista o tempo disponível para realizar a pesquisa. Considerando que pesquisas acerca da educação infantil no contexto da pandemia é uma temática bastante recente, por isso necessita de um enfoque maior, para melhor problematizar o tema, elaborou-se as seguintes questões norteadoras: quais os desafios do ensino remoto na Educação Infantil? E, como o CREI de Cabedelo/PB vem se adequando às necessidades presentes no ensino remoto?

Portanto, esta pesquisa tem por objetivo geral investigar como se desenvolveram os projetos educativos em um CREI do município de Cabedelo/PB durante o contexto de trabalho remoto. E como objetivos específicos: identificar se

os métodos propostos contribuem para a formação da aprendizagem das crianças na educação infantil; refletir sobre a atual situação da educação infantil diante do enfrentamento da Covid-19; e averiguar os desafios vivenciados na educação infantil durante o período remoto.

A escolha em pesquisar e aprofundar-se acerca desse tema surgiu pelo fato de estar trabalhando no CREI, do município de Cabedelo/PB, passando a realizar as atividades com as crianças através de atividades remotas, no período de isolamento social, buscando pôr em prática o Projeto Educativo “Coisas de Criança Cidadã”, elaborado pela Secretária de Educação e voltado especificamente para Educação Infantil como sugestão para ser trabalhado nas atividades remotas, seguindo o foi estabelecido pelo Decreto Municipal nº 30 de 29 de maio de 2020.

Diante dessa perspectiva de trabalho na Educação Infantil, observa-se a necessidade de um olhar crítico/reflexivo visando atender as necessidades das crianças, considerando o tempo, espaço e recursos empregados para proporcionar o ensino-aprendizagem das crianças nesta etapa educativa. Portanto, dar enfoque e aprofundar essa temática é bastante relevante, visto que a Educação Infantil tem suas especificidades considerando seu público-alvo.

Assim sendo, a pesquisa apontou os desafios encontrados através do ensino remoto. Analisando como se estabeleceu a organização pedagógica do CREI de Cabedelo/PB no contexto das atividades remotas, discutimos se os procedimentos metodológicos foram adequados ou não para o desenvolvimento das crianças na Educação Infantil, considerando o desenvolvimento integral para a formação da criança. É nesse ponto que se revela a importância pedagógica desse estudo, uma vez que toda equipe pedagógica e, em especial, os professores precisam refletir sobre essa problemática.

Tendo em vista, que a discussão sobre as atividades remotas para Educação Infantil é uma temática bastante pertinente, mas por ser uma questão atual que estamos vivenciando no momento, por isso encontramos pouca literatura. Portanto, percebe-se a necessidade de investigar esta área, a fim de despertar investigações futuras de profissionais que desejam trabalhar com a Educação Infantil. Deste modo, considerando as informações apreendidas sobre o conteúdo aqui abordado, observa-se a importância desse conteúdo para o convívio social, pois servirá de aporte para os familiares e profissionais que atuam na área, direcionando-os no que diz respeito ao processo ensino-aprendizagem e

desenvolvimento das crianças.

Para dar conta dessas questões este trabalho está organizado em 5 capítulos. A introdução, apresentando o trabalho ao leitor; o segundo capítulo apresenta o referencial teórico, apresentando uma breve trajetória da Educação Infantil para melhor entender como esta etapa educativa foi estabelecida aqui no Brasil, e um tópico apresentando a Educação Infantil no contexto de pandemia em decorrência da covid-19. Logo após, encontra-se o percurso metodológico da pesquisa. Em seguida, o capítulo referente ao relato e análise dos dados, considerando os projetos educativos realizados num CREI de Cabedelo/PB no período de trabalho remoto. E por fim, as considerações finais do trabalho.

2. BREVE TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Durante muito tempo as crianças foram educadas nos ambientes familiares. Com o desenvolvimento urbano e as transformações existentes no núcleo familiar, foi se estabelecendo o conceito de Educação Infantil. Visto que as mães precisavam trabalhar para aumentar a renda familiar, e para isso necessitavam de um lugar para deixar seus filhos.

De acordo com Paschoal e Machado (2009, p. 82) “as primeiras tentativas de organização de creches, asilos e orfanatos surgiram com um caráter assistencialista, com o intuito de auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa”, ou seja, essas instituições não tinha um caráter educativo, preocuparam-se apenas com o cuidado e a proposta de ter um espaço para abrigar as crianças para que os pais pudessem trabalhar.

Diante dos estudos feitos por Martins (2013, p. 02) durante muito tempo as crianças não eram reconhecidas por suas especificidades. Elas eram tidas como "objeto de distração" que proporcionavam aos adultos momentos de prazer e diversão, à medida que iam crescendo e não provocavam mais interesse e nem os distraíam, eram deixadas de lado. Segundo a autora, "foi apenas no século XVIII que os adultos começaram a modificar sua concepção de criança". Mesmo assim, ainda não possuíam privilégios dentre os familiares.

Por mais de um século, no Brasil as instituições infantis tinham caráter assistencial. Segundo Paschoal e Machado (2009, p. 83) a “implantação de creches e jardins de infância ocorreram apenas no final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX”, construídas na intenção de diminuir os índices de mortalidade infantil, promovendo melhor assistência às crianças.

Complementando e reafirmando as ideias acima, Martins (2013, p. 02) alega que "a princípio, as creches e pré-escolas tinham um caráter assistencialista, visando somente o guardar e o cuidar da criança na falta da família". Considerando a criança como um "ser frágil, indefeso e completamente dependente", os profissionais que trabalhavam nessas instituições não tinham formação, seu trabalho era restrito apenas aos cuidados básicos de higiene e regras de bons costumes.

Percebe-se que o predomínio de justificativas para a expansão de uma educação compensatória, para equilibrar as carências e defasagens socioculturais da classe trabalhadora, serviram para camuflar o interesse pela infância brasileira que visava atender aos desejos da nova sociedade que estava se formando e não puramente para o bem-estar da criança (NASCIMENTO, 2013. p. 05).

Diante das afirmativas feitas por Martins (2013) e Nascimento (2015), entende-se que as instituições surgem diante de uma necessidade não apenas sócio-cultural, mas também econômica, neste momento não se preocupava com a criança em seus aspectos cognitivos, pensava apenas em suprir a necessidade das famílias pobres em ter um local para deixar seus filhos.

Assim, os ambientes de Educação Infantil no Brasil surgiram com o desenvolvimento industrial, em que as mulheres foram sendo inseridas no mercado de trabalho e começaram a reivindicar a criação de instituições de educação e cuidados para os filhos. Portanto, a preocupação naquele momento, não era a de um lugar para que as mães deixassem seus filhos aos cuidados de uma pessoa, mas a preocupação com a educação, ou seja, as reivindicações eram por uma instituição de ensino, e a preocupação com o desenvolvimento das crianças.

Os donos das fábricas, por seu lado, procurando diminuir a força dos movimentos operários, foram concebendo certos benefícios sociais e propondo novas formas de disciplinar seus trabalhadores. Eles buscavam o controle do comportamento dos operários, dentro e fora da fábrica. Para tanto, vão sendo criadas vilas operárias, clubes esportivos e também creches e escolas maternas para os filhos dos operários. O fato dos filhos das operárias estarem sendo atendidas em creches, escolas maternas e jardins de infância, montadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois mais satisfeitas, as mães operárias produziam melhor (OLIVEIRA apud. PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 83).

Foi nesse contexto que surgiram as primeiras creches e pré-escolas no Brasil. No começo, eram filantrópicas e mantidas pelos próprios usuários e, somente mais tarde, com os movimentos de mulheres que cresce o número dessas instituições e passam a ser mantidas pelo poder público.

Com a crescente demanda pela pré-escola, no final da década de 1970 e início de 1980, a Educação Infantil passou por um processo de municipalização, sua natureza agora não era mais complementar ou compensatória, mas apresentava uma função educativa, "muitos educadores da época discutiram o

papel das creches e pré-escolas e elaboraram novas programações pedagógicas visando o desenvolvimento cognitivo e linguístico" das crianças (MARTINS, 2013. p. 03).

A Constituição Federal de 1988 no artigo 6º apresenta como direitos sociais: “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. No artigo 205 reforça a educação como direito de todos os cidadãos, estabelecendo a responsabilidade aos Estados e à família.

Nos anos 1990, os direitos das crianças foram reafirmados através da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei Nº 8.069/1990, tendo em vista a proteção integral da criança e adolescente em todos os aspectos. No capítulo IV trata em especial do direito à Educação, à cultura, ao esporte e ao lazer. Assim, o artigo 53 afirma que: “toda criança e adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”.

Por fim, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei Nº 9.394/1996, a educação infantil passa a ser considerada a primeira etapa da educação básica. A Educação Infantil aqui surge sob uma nova perspectiva, enfatizando a criança, seu valor e sua cultura, levando em consideração o entusiasmo e a capacidade de construir seu próprio conhecimento.

O Ministério da Educação (MEC) visando auxiliar o trabalho educativo dos professores da Educação Infantil elaborou em 1998 o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI). Este documento serve de instrumento de reflexão e orientação pedagógica, no que diz respeito aos objetivos e conteúdos, visando aproximar a prática educativa com a realidade das crianças.

O RCNEI preconiza que as atividades a serem realizadas com as crianças na Educação Infantil sejam atividades pedagógicas direcionadas que consideram a importância das interações da brincadeiras, ou seja, integrando o brincar e o educar, que consiste no “desenvolvimento das capacidades de relação interpessoal, de ser e está com os outros”, como também aos “conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural” (BRASIL, 1998a, p. 23).

Sobre o termo "Educação Infantil", este aparece na CFde 1988 através da

Emenda Constitucional nº 53 de 2006 estabelecendo a educação infantil em creches e pré-escolas, para as crianças de até 5 (cinco) anos de idade, sendo os municípios responsáveis por sua oferta. Com isso, os números de escolas aumentaram significativamente, e foram necessárias melhorias e qualificação profissional.

Embora a Educação Infantil seja reconhecida como direito de todas as crianças, é apenas com a Emenda Constitucional nº 59/2009 que a educação básica obrigatória e gratuita passa a ser dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade. Essa mudança só foi incorporada à LDB através da Lei nº 12.796/2013 que incluiu uma extensão dessa exigência, alterando o artigo 4º da LDB, estabelecendo que a obrigatoriedade da educação infantil se dá para as crianças de 4 e 5 anos na pré-escola, obedecendo a carga horária anual de 800 horas em no mínimo 200 dias letivos.

Visando a melhoria na educação básica, o Conselho Nacional de Educação - CNE elaborou as Diretrizes Curriculares Nacionais. Em 2009, as Diretrizes Curriculares para Educação Infantil (DCNEI) apresentaram uma mudança significativa, colocando a criança como centro do processo educativo. Deste modo, as Diretrizes definem a criança como:

Sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009. p.12).

Diante do conceito de criança, as DCNEI abordam os eixos que estruturam as práticas educacionais da Educação Infantil que são as interações e brincadeiras, levando em consideração as experiências construídas pelas crianças para se apropriarem dos conhecimentos, ou seja, através de suas ações e interações com seus pares, o que possibilita a socialização, aprendizagem e desenvolvimento.

Outro passo importante com relação à Educação Infantil foi sua inclusão na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), integrando-a efetivamente a todo o processo da educação básica, assim sendo, o ponto de partida e a base do processo educativo.

A seção destinada à Educação Infantil na BNCC define os objetivos de

aprendizagem e desenvolvimento para as crianças de 0 a 5 anos e 11 meses. No documento se aprofunda no conceito de criança, eixos para prática de ensino, concepções de aprendizagem e desenvolvimento por faixa etária, o currículo por campos de experiência, dentre outros detalhes.

Considerando a educação das crianças a concepção que se estabelece é o cuidar e educar, dois processos indissociáveis no processo educativo. Diante desse cenário, creches e pré-escolas precisam acolher as experiências e conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente familiar e também no âmbito social e articulá-los com suas propostas educativas.

No que se refere aos eixos estruturantes das práticas pedagógicas proposta pela BNCC, dispõe de 6 (seis) direitos, sendo estes: “conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se”, que visam garantir a aprendizagem e o desenvolvimento na primeira infância, pela qual elas possam ocupar um papel no âmbito em que vive, construindo significados e enfrentando desafios (BNCC, 2018. p. 11).

Nessa perspectiva, para promover a aprendizagem e o desenvolvimento infantil, é primordial o diálogo entre a instituição educativa e a família, partilhando assim as responsabilidades, pois as instituições precisam lidar com a diversidade cultural existente nas famílias e nas comunidades.

Assim sendo, a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, a qual atende as crianças na faixa etária de 0 a 5 anos 11 meses e 29 dias. Integrando educação e cuidado, além de complementar a educação familiar, esta tem a finalidade de promover o desenvolvimento integral da criança, considerando os aspectos: físico, motor, cognitivo, social, emocional, dentre outros.

Diante da trajetória histórica da Educação Infantil no Brasil, nota-se que as instituições infantis deixam de ser uma necessidade da família, ou seja, das mães trabalhadoras, e tornam-se um direito da criança. Essa conquista se deu através de muita luta e dos marcos legais que regulamentaram esta etapa educativa. Na próxima seção abordaremos o contexto da pandemia e como a Educação Infantil foi assistida diante dessa nova configuração educacional.

2.1 O Contexto da Pandemia e a Educação Infantil

Em consequência do novo coronavírus (SARS-CoV-2), segundo Alves (2020, p. 20) “notificado pela primeira vez em 31 de dezembro na cidade de Wuhan – China”, assim por causa da rápida disseminação do vírus e o grau de letalidade à vida humana, a Organização Mundial de Saúde - OMS declarou no dia 11 de março de 2020 que estamos vivendo numa Pandemia. As recomendações para evitar a contaminação foram estabelecidas através do Decreto nº 10. 212/2020 apresentando como medidas o isolamento social, testagem da população, tratar e isolar os casos identificados, dentre outras.

Em vista disso, o país decretou situação de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do coronavírus. Além disso, estados e municípios emitiram decretos visando combater a disseminação do vírus, incluindo a suspensão das atividades escolares, tanto da rede pública, como também particular.

Assim, o governo do estado da Paraíba considerando a declaração da OMS institui o Decreto Estadual nº 40.122, de 13 de março de 2020, que determinou situação de emergência frente ao contexto de decretação de Emergência em Saúde Pública de Interesse Nacional pelo Ministério da Saúde e a declaração da condição de pandemia de infecção humana pelo coronavírus indicada pela OMS.

Art. 1º Fica declarada a existência de situação atípica caracterizada como Situação de Emergência, em razão da epidemia por Coronavírus (Covid-19) no Brasil, com potenciais repercussões para o Estado da Paraíba, por um período de 90 (noventa) dias, renováveis por igual período (DECRETO 40.122, 2020).

Depois desse Decreto, que foi apenas um alerta para o que possivelmente viria acontecer, no dia 20 de março com o Decreto nº 40.135 fica decretada o estado de calamidade pública por 90 dias, o que suspendeu inicialmente com o prazo de 15 dias o funcionamento de:

I - academias, ginásios e centros esportivos públicos e privados; II – shoppings, centros e galerias comerciais, bares, restaurantes, casas de festas, casas noturnas, boates e estabelecimentos similares; III – cinemas, teatros, circos, parques de diversão e estabelecimentos congêneres, públicos e privados; IV – agências bancárias e casas lotéricas; V – lojas ou estabelecimentos que pratiquem o comércio; VI – embarcações turísticas, de esporte e lazer, em todo o litoral paraibano; (DECRETO 40.122, 2020).

Embora escolas, creches e universidades não tenham aparecido nesse decreto, esses ambientes também respeitaram as normas estabelecidas neste documento. Este revigorou até a publicação do Decreto nº 40.193 no dia 21 de abril de 2020 flexibilizou medidas para o funcionamento de alguns ambientes.

Mesmo o documento delineando a volta das atividades em determinados estabelecimentos, o retorno das aulas presenciais não foram citadas nesses documentos. Em vista disso, o Conselho Nacional de Educação (CNE) no dia 28 de abril aprovou um parecer que delineou um novo calendário escolar, como também a oferta de atividades não presenciais desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. Considerando a situação pandêmica no Brasil com as aulas presenciais suspensas em todo território nacional, tendo em vista esta situação inesperada, o sistema educacional passou a seguir ritmos diferenciados em estados e municípios, principalmente devido à intensidade de propagação e disseminação do novo coronavírus.

Dessa forma, pensando nos danos devido a suspensão das aulas presenciais o CNE ressalta que: “O ponto chave ao se discutir a reorganização das atividades educacionais por conta da pandemia situa-se em como minimizar os impactos das medidas de isolamento social na aprendizagem dos estudantes” (BRASIL, Parecer CNE/ CP, 2020. p. 04).

No que corresponde à Educação Infantil, a autora Alves (2020, p. 21) ressalta a “inviabilidade de Práticas de Educação a Distância – EAD” visto que a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) nos lembra que a legislação educacional vigente no país assegura que esse tipo de prática para o ensino das crianças pequenas é uma proposta ilegal.

Mesmo em casos de emergência, a LDB não prevê EAD na Educação Infantil. Pois compreende que essa etapa Educacional precisa dispor de condições mínimas necessárias, ou seja, com os mesmos atributos pela qual devem ser

realizadas presencialmente. Conforme o Manifesto publicado pela ANPED em 20 de abril, destaca a ilegalidade em propor atividades remotas para crianças pequenas. Desse modo, têm se posicionado contra as atividades remotas na Educação Infantil e faz um alerta para os profissionais desta modalidade.

Considerando que as crianças estavam sem aulas presenciais, o CNE propõe que: “as instituições de Educação Infantil possam elaborar orientações/sugestões aos pais ou responsáveis sobre atividades sistemáticas que possam ser realizadas com seus filhos em seus lares, durante o isolamento social” (BRASIL, Parecer CNE/CP, 2020. p. 10). Portanto, as atividades orientadas pelo CNE tendem a estimular as crianças buscando transformar o cotidiano através de atividades que promovam interação e aprendizagem.

No que diz respeito às atividades propostas pelo CNE, Alves (2020, p. 22) ressalta que para a Educação Infantil se faz pertinente uma “ação estratégica levando em consideração as demandas dos profissionais da área em diálogo com a família, pensando o cuidado com a criança e suas necessidades, de modo a vivenciar esse período tão adverso da pandemia”. Tendo em vista minimizar prejuízos no processo de ensino aprendizagem, a Educação Infantil passou a ser atendida através das atividades remotas.

Diante deste contexto, se configura um novo modelo de educação, e muitos questionamentos surgem em relação à EAD e ao ensino remoto. Apresentam a mesma perspectiva de ensino? Existem diferenças entre ambas? Além disso, segundo Alves (2020) ainda há a utilização equivocada do termo EAD ao invés de ensino remoto.

A autora considera vários elementos que diferem EAD de ensino remoto, levando em consideração o Parecer N° 5/2020 do CNE que julga necessário compreender a concepção do ensino remoto. Sobre isso Alves (2020, p. 24) ressalta que:

EaD é uma modalidade de ensino, enquanto que o ensino remoto se apresenta como uma estratégia ou recurso; EaD tem planejamento e metodologias próprias, ao passo que o ensino remoto é parte integrante da metodologia do professor; a Educação a Distância substitui o ensino presencial, já o ensino remoto é um complemento deste; EaD tem carga horária diluída em atividades síncronas e assíncronas e se apresenta por meio de recursos midiáticos, no outro canto o ensino remoto se utiliza de meios de comunicação e tecnologias da informação, como forma de viabilizar ou instrumentalizar atividades feitas fora do ambiente escolar; e

o que nos parece mais relevante, na EaD o aluno fez a opção por uma modalidade de ensino a distância, em contrapartida no ensino remoto o aluno não pode ser obrigado a participar, este adere a essa estratégia de ensino de forma voluntária.

Diante disso, temos que a EAD se difere em muitos aspectos do ensino remoto. Assim é este recurso que vem a ser utilizado no Brasil como ferramenta na Educação Infantil, ou seja, o meio pelo qual as escolas realizam atividades que podem ser desenvolvidas no ambiente familiar, contando com a colaboração de pais e familiares, ou seja, os pais ou responsáveis quem ficaram com a função de acompanhar as crianças durante a realização das atividades.

O CNE preconiza que as escolas “busquem uma aproximação virtual dos professores com as famílias, de modo a estreitar vínculos e melhor orientar os pais ou responsáveis na realização destas atividades com as crianças” (BRASIL, Parecer CNE/CP, 2020. p. 09). Portanto, para tornar tal aproximação possível, faz-se necessário a utilização dos meios tecnológicos, pois tornam-se ferramentas fundamentais para viabilizar tanto as atividades, como para aproximar a escola do âmbito familiar através das redes sociais, principalmente o WhatsApp.

De acordo com Ribeiro e Clímaco (2020, p. 100) essa autonomia escolar “pode se configurar como algo viável e possível, mesmo para a rede pública em todos ou em determinados municípios ou localidades, respeitadas suas singularidades”. Assim, cada estado ou município deve se organizar para atender suas necessidades, considerando suas particularidades.

Sobre as atividades propostas para Educação Infantil durante a pandemia o CNE ressalta que:

Para crianças das creches (0 a 3 anos), as orientações para os pais devem indicar atividades de estímulo às crianças, leitura de textos pelos pais, brincadeiras, jogos, músicas infantis. Para auxiliar pais ou responsáveis que não têm fluência na leitura, sugere-se que as escolas ofereçam aos cuidadores algum tipo de orientação concreta, como modelos de leitura em voz alta em vídeo ou áudio, para engajar as crianças pequenas nas atividades e garantir a qualidade da leitura (BRASIL, Parecer CNE/CP, 2020. p. 10).

Para as crianças da pré-escola (4 e 5 anos), as orientações devem indicar, da mesma forma, atividades de estímulo às crianças, leitura de textos pelos pais ou responsáveis, desenho, brincadeiras, jogos, músicas infantis e algumas atividades em meios digitais quando for possível. A ênfase deve ser em proporcionar brincadeiras, conversas, jogos,

desenhos, entre outras para os pais ou responsáveis desenvolverem com as crianças (BRASIL, Parecer CNE/CP, 2020. p. 10).

As atividades propostas acima seguem as faixas etárias, pois diversifica as atividades empregadas a cada uma delas contribuindo para seu desenvolvimento físico e motor. Além disso, é viável que essas atividades possam ser potencializadas no sentido das crianças adquirirem novas aprendizagens.

Ainda com relação às propostas apresentadas pelo CNE para a Educação Infantil iniciam-se as discussões entre os/as professores/as sobre as dificuldades relacionadas ao trabalho remoto, Tortora (2020, p. 02) ressalta que:

[...] antes mesmo de pensarmos em propostas de interação com as famílias, com objetivos que se aproximam daqueles planejados para o contexto presencial, a tremenda desigualdade social que assola nosso país nos lembrava que havia muito o que fazer para dar suporte às famílias das nossas crianças".

Diante do que foi mencionado por Tortora (2020), nos convida a refletir sobre as desigualdades sociais existentes em nosso país, pois mesmo com os avanços e acessibilidade às tecnologias, ainda temos pessoas em situações precárias que não tem acesso, além disso, temos a questão do alfabetismo funcional, os pais ou familiares podem ter acesso às ferramentas digitais e não saber usá-las, ou então, podem não ser alfabetizadas, não saber ler e escrever. Pensar que, de acordo com Cecílio (2021, p. 02), "a aprendizagem e o desenvolvimento de crianças de 0 a 5 anos dependem muito da relação estabelecida entre elas e os professores no cotidiano escolar".

Perante os desafios impostos e hipóteses levantadas a respeito do trabalho remoto na Educação Infantil, Cecílio (2021) ressalta a necessidade de refletir e pensar caminhos que possam tornar possível a interação e aprendizagem das crianças, partindo do diálogo e da mediação com as famílias. Tendo em vista, compreender como ocorreu e como se deu a organização dessas atividades, quais as dificuldades encontradas com relação ao período remoto, no próximo capítulo a metodologia da pesquisa explicitando as abordagens, os caminhos e como ocorreu as atividades remotas em um CREI do município de Cabedelo/PB.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia, segundo Pereira (2012, p. 31), “é o conjunto dos métodos, procedimentos e técnicas que cada ciência em particular põe em ação para alcançar seus objetivos”. Deste modo, a pesquisa apresenta abordagem qualitativa, de caráter exploratório, através da pesquisa participante e de campo.

Sobre o caráter exploratório da pesquisa, Gil (2002, p. 41) afirma que a pesquisa exploratória “tem por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Assim, o caráter exploratório da pesquisa envolve levantamento bibliográfico, tendo em vista, deixar as informações mais claras, contribuindo para o aperfeiçoamento de ideias.

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. [...] a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intenso de campo (LÜDKE, 1996, p. 11).

Conforme explicitado por Lüdke (1996) a pesquisa qualitativa está diretamente relacionada com a pesquisa de campo, na qual o pesquisador tem a função de compreender e interpretar a realidade que é colocada diante dele. Para Minayo (1994, p. 22) “a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”, ou seja, não podemos medir nem expressar resultados através de dados quantificáveis.

Sobre a pesquisa de campo, Lakatos e Marconi (2010, p. 89) ressalta que se estabelece a partir de “um problema, para qual se procura uma resposta, ou seja, um levantamento de hipóteses”. Além disso, requer uma articulação entre a teoria e o campo explorado.

Antes de iniciar a pesquisa de campo, foi necessário fazer um levantamento bibliográfico sobre o tema e a análise de documentos nacionais para melhor compreender o tema estudado. Assim sendo, pesquisa também esteve pautada na análise documental.

O motivo de ter escolhido realizar a pesquisa em um CREI no município de

Cabedelo/PB justifica-se pela razão de ter atuado como professora na turma do infantil IV-B iniciando no mês fevereiro, o que proporcionou um contato direto com o objeto de estudo, facilitando a coleta de dados.

Sendo assim, a pesquisa ocorreu no CREI, localizado no bairro de Camboinha, na cidade de Cabedelo/PB, uma instituição pública municipal que oferta turmas da Educação Infantil e tem apresentado um trabalho bastante significativo, com o objetivo de oferecer uma educação diferenciada, envolvendo atividades lúdicas e criativas que contribuam para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

Em relação ao ano de 2020, o CREI atendeu 115 crianças, com idade de 2 aos 6 anos. As turmas oferecidas estavam distribuídas da seguinte forma: infantil II, III e IV, pré V e pré VI. Dentre os profissionais que compõem a equipe pedagógica estão: sete professoras distribuídas entre as turmas do infantil, duas professoras das turmas do pré, uma professora de educação física e uma professora de artes, no total tinha 11 professoras; duas coordenadoras pedagógicas, dois auxiliares de coordenação e a diretora. Os demais profissionais são: duas cozinheiras, duas agentes de limpeza, dois porteiros, dez auxiliares de sala e uma psicóloga. Assim, o CREI no qual a pesquisa foi realizada busca oferecer um padrão de qualidade educacional através de um trabalho pautado nos documentos oficiais que orientam o currículo da Educação Infantil.

Os procedimentos utilizados na pesquisa ocorreram através do próprio relato de experiência diante das informações coletadas, e através dos dados particulares, que serviram de apoio para a construção do presente estudo.

Tomando por base os critérios de análise de coleta de dados, apresentado por Prodanov (2013, p.130) foi realizada a seleção do material bibliográfico e das informações coletadas durante o período que ocorreram as atividades remotas, visando organizar e destacar os pontos mais relevantes, que serviram de suporte para promover consistência na compreensão do objeto de estudo.

Para não comprometer a pesquisa e por envolver o contexto histórico, social e cultural de outra pessoa, faz-se necessário seguir padrões éticos. Para isso é de extrema relevância e respaldo a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que traz informações de extrema importância sobre os termos e

atribuições que regulamentam a pesquisa e que devem ser obedecidos. O CNS traz orientações relevantes desde a confidencialidade e preservação das informações dadas pelos sujeitos da pesquisa, como também orienta que para o acesso a coleta de dados nas instituições, que, portanto deve ser elaborado um documento que contenha todos os elementos que esclareçam a finalidade da pesquisa e que autorize sua efetividade.

Assim sendo, para não comprometer a pesquisa utilizou-se para confidencialidade do local da pesquisa a sigla CREI.

4. RELATOS DE EXPERIÊNCIA DOS PROJETOS EDUCATIVOS DESENVOLVIDOS NO CREI DE CABEDELLO/PB

O CREI onde foram realizadas as observações e os dados vividos durante o período das atividades remotas está localizado em Camboinha, Cabedelo-PB. As vivências ocorreram entre os meses de junho a dezembro de 2020 e a turma em foco foi o Infantil IV-B, na qual estavam matriculadas 17 crianças na faixa etária dos 4 (quatro) anos.

Diante do contexto que estamos enfrentando em consequência da pandemia causada pela covid-19 cada município passou a adaptar-se a essa nova realidade. Desta forma, o município de Cabedelo/PB, considerando o Parecer N° 5/2020 do CNE, desenvolveu medidas para viabilizar o processo de ensino/aprendizagem das crianças dos CREIs considerando as medidas de distanciamento social.

Tendo em vista que o CNE autorizou aos sistemas de ensino computar atividades não presenciais para o cumprimento da carga horária, assim listou variedades de atividades não presenciais que poderiam ser utilizadas pelas instituições de ensino durante a pandemia, como: vídeos-aulas, redes sociais (*WhatsApp*), plataformas digitais (*Google classrom*, *Google meet*), material didático impresso, a ser entregue aos pais ou responsáveis, dentre outras alternativas sugeridas.

Sobre o uso dessas plataformas, ou seja, das mídias digitais, Tortora (2020, p. 02) evidencia que "são ferramentas importantes para aproximar as famílias das nossas práticas", visto que viabilizam a prática docente possibilitando a interação não apenas com os familiares, mas também com as crianças. Enquanto Tortora (2020) ressalta a relevância dessas ferramentas, em Cecilio (2021) compreende-se a necessidade de adaptação dos/as professores/as diante da utilização, e em adaptar-se a essa nova perspectiva de trabalho.

É pensando no contexto da pandemia e nos caminhos delineados pelo MEC e pelo CNE que o município de Cabedelo/PB organizou suas propostas visando atender as crianças dos CREIs, como forma de desenvolver "situações de

aprendizagem que compõe o universo dos pequenos, explorando com ludicidade o desenvolvimento da identidade, autonomia, interações sociais, afetividade no ambiente familiar” (CABEDELLO, 2020. p. 03).

Durante esse período os reforços e incentivos para os/as professores/as estudarem e colocarem em prática as propostas educativas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação foram constantes, considerando o cenário atual pandêmico. Diante disso, Alves (2020, p. 22) ressalta que na Educação Infantil "se faz pertinente uma ação estratégica levando em consideração as demandas dos profissionais da área em diálogo com a família, pensando no cuidado com as crianças e suas necessidades" diante desse período tão hostil.

A necessidade de planejar e avaliar as práticas pedagógicas e as metodologias empregadas tornou-se ainda mais necessária, principalmente para elencar pontos positivos e negativos do trabalho realizado pela instituição. Além disso, a elaboração de um plano estratégico, com ações norteadoras para contemplar o ensino e aprendizagem das crianças da educação infantil durante o período remoto, tornou-se necessário e significativo.

O CREI considera a etapa da Educação Infantil uma fase importante da vida, valorizando suas necessidades, expressões e a subjetividade das crianças. Sempre se preocupou com a inclusão destas, realizando adaptações no currículo e no ambiente institucional. Ribeiro e Clímaco (2020, p. 99) consideram que "As práticas pedagógicas devem adequar-se à realidade da infância, das etapas do desenvolvimento infantil e do ambiente a que se destinam, de maneira a promover a evolução integral da criança". Assim sendo, o CREI está em conformidade com o que foi explicitado por Ribeiro e Clímaco (2020).

Diante do afastamento das crianças do ambiente escolar, o CREI estabeleceu a realização de interações online com as crianças, usando como meio de comunicação o Whatsapp. A partir daí, foram criados grupos com os familiares no intuito de proporcionar comunicação e vivências com as crianças e com os responsáveis, atendendo às propostas estabelecidas pelo CNE e pela Secretaria Municipal de Educação.

As professoras foram orientadas a interagir neste grupo realizando a chamadinha com as crianças e postando os vídeos com as orientações das

atividades. Para auxiliar na construção dos vídeos, seguimos como exemplo e motivação os vídeos de outros profissionais da educação do município de Cabedelo, esses vídeos foram disponibilizados pela coordenação do CREI.

Considerando as orientações dadas aos/às professores/as para interagirem e incentivarem as crianças a participar das atividades, Elaine (2021, *apud*. CECÍLIO, 2021. p. 04) afirma que "O indispensável tem sido manter o vínculo e a comunicação com as famílias. A partir desse contato, é possível planejar as ações de acordo com a realidade das crianças". Desta forma, é através desse diálogo que o/a professor/a irá planejar suas ações.

Desde o início das atividades remotas foram solicitadas pela coordenação pedagógica do CREI os relatórios semanais das crianças, no intuito de acompanhar o trabalho desenvolvido, como também acompanhar a participação nas vivências e atividades propostas. Diante disso, foi necessário além de gravar os vídeos, organizar atividades impressas que deveriam estar de acordo com o que foram propostos nos vídeos das vivências, em seguida, os pais ou responsáveis eram avisados para irem buscá-los no momento que pudessem.

Diante dessa reorganização do trabalho pedagógico das professoras e o uso das tecnologias, Ribeiro e Clímaco (2020, p. 101) ressaltam que "o desafio aumenta, pois é preciso que o professor esteja preparado para o domínio e a assimilação crítica da linguagem digital em caráter de urgência", daí a importância da formação continuada para os profissionais de educação.

Durante esse período alguns problemas foram observados, primeiro com relação aos familiares. Tiveram dificuldades em realizar as atividades propostas com as crianças, tendo em vista o grau de escolaridade ou falta de tempo por conta do trabalho. Além disso, a inexistência de recursos didáticos para as crianças realizarem as atividades em casa. Pensando nisso, apenas no início do período remoto não colocamos atividades que utilizassem colagem e pintura, além disso, adaptamos as atividades para as crianças terem mais autonomia ao fazer.

Sobre tal perspectiva, Ribeiro e Clímaco (2020, p.101) caracteriza alguns processos dificultadores com relação ao período remoto: "Falta de capacitação profissional; Carência de equipamentos e estrutura física adequada; Dificuldades em concretizar o currículo no cotidiano; As desigualdades sociais e o acesso das

famílias às tecnologias".

As dificuldades apontadas pelas autoras também foram encontradas para a realização das atividades remotas. Diante do regime especial de ensino em 2020, passamos a utilizar o Sistema Saber, uma plataforma criada pelo governo do estado da Paraíba, que possui várias funções e, dentre elas, as mais usadas no nosso dia-a-dia, são: registrar os planejamentos das vivências diárias, bem como registrar a frequência das crianças. A princípio, as dificuldades eram inúmeras, principalmente com relação às edições dos vídeos, mas ao longo do tempo fomos superando-as.

No sentido de contribuir para minimização de eventuais perdas para as crianças da Educação Infantil sugeriu-se que as instituições escolares pudessem desenvolver atividades educativas de caráter eminentemente lúdico, recreativo, criativo e interativo, para realizarem com as crianças em casa, enquanto durar o período de emergência (BRASIL, Parecer CNE/CP, 2020). Tendo em vista contribuir no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças, foram desenvolvidos no CREI vários projetos educativos tomando por base os campos de experiências previstos na BNCC, trabalhados durante o período remoto, realizados entre os meses de junho a dezembro de 2020.

Mediante isto, no início do ano, o Projeto Educativo *Identidade* teve início no final do mês de fevereiro, mas foi interrompido em decorrência da pandemia. Para a efetivação do mesmo, foi realizada uma reunião para o planejamento e nele trocamos ideias e sugestões de como iríamos trabalhar. O projeto pretendia trabalhar a identidade das crianças, de forma a buscarem o conhecimento de si, de suas preferências e saber mais sobre sua identidade cidadã.

O projeto Identidade se articula com o campo de experiência "O eu, o outro e o nós" apresentado pela BNCC (2018), considerando a identidade e a autonomia um dos processos constitutivos para o desenvolvimento do autoconhecimento e interação com os demais. Paschoal e Machado (2009, p. 87) afirmam que as práticas desenvolvidas nessas instituições devem se organizar de modo que as crianças desenvolvam capacidades, atentando-se ao primeiro objetivo geral proposto pelo RCNEI (1998, p. 63) para Educação Infantil, "desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com

confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações".

O Projeto Educativo *Brincando com o Corpo, A Gente Aprende*, que foi realizado no período remoto, teve início já no mês de junho, atendendo às propostas estabelecidas pelo CNE. O projeto foi construído com base no campo de experiência "corpo, gestos e movimentos " proposto pela BNCC (2018). A sugestão era valorizar a forma de ensinar por meio das brincadeiras, como forma de propiciar um ensino proveitoso e aguçar nas crianças a curiosidade para explorar e observar o mundo ao seu redor.

Diante das sugestões e objetivos do projeto, tendo em vista construir a aprendizagem das crianças por meio das brincadeiras com o próprio corpo, Alves (2020, p. 18) afirma que: "compreendemos a necessidade de transformar o brincar em algo que vai além da prática corriqueira, posto ser a ela atribuída uma dimensão capaz de humanizar os envolvidos e mais, produzir novos conhecimentos, seja por meio da mediação da escola ou mesmo da família".

Sobre tal proposta, a BNCC esclarece que o brincar deve ocorrer sob "diversas formas em diferentes espaços e tempo, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais" (BRASIL, 2018. p.38).

Deste modo, através das brincadeiras podemos oportunizar o conhecimento sobre o próprio corpo, assim ocorre a formação de novos conceitos que foram utilizados no cotidiano das crianças, de modo que aprendam a explorar as habilidades físicas e motoras, além de desenvolver de forma lúdica explorar o espaço e os objetos de sua casa.

Na sequência, o segundo Projeto Educativo foi o *Contando Histórias e Construindo Valores*, com início no mês de agosto, este buscou desenvolver o apreço das crianças pelo gosto da leitura e torná-las capazes de contar e recontar histórias, com base no campo de experiência "escuta, fala, pensamento e imaginação", proposto pela BNCC. O intuito era atrair os familiares para participar do projeto, de forma que compartilhassem histórias que pudessem fortalecer os vínculos afetivos.

Diante da impossibilidade da interação de forma presencial com as crianças, torna-se necessário estreitar o relacionamento e a comunicação com as famílias. Cecílio (2021, p. 04) ressalta a importância de conversar com os pais e responsáveis de cada criança, no sentido de "acolher as angústias em relação ao desenvolvimento dos pequenos e dar sugestões de atividades", aspecto que o CREI buscou por em prática neste período de trabalho remoto.

Sobre a proposta de contação de história na Educação Infantil, a BNCC ressalta a importância em proporcionar vivências através das quais as crianças possam falar e ouvir, possibilitando seu envolvimento de forma oral, portanto, é através da "escuta de histórias, das participações em conversas, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui como sujeito, pertencente a um grupo social" (Brasil, 2018. p. 42).

Considerando a aproximação das crianças com seus familiares, Alves (2020, p. 19) afirma que, "a percepção da criança para o mundo é aguçada pelo adulto, portanto, é necessário que esse adulto corrobora de forma positiva na formação dessa criança dando-lhes estímulos e potencializando sua criatividade". Diante disso, a prática de contar histórias contribui muito nessa fase da Educação Infantil, pois favorece a comunicação, a interação, socialização e a mais importante, a imaginação.

Por último, o Projeto Educativo *Coisas de Criança Cidadã*, realizado no mês de outubro finalizando suas atividades em dezembro, o objetivo do projeto era fazer com que as crianças tivessem diversas experiências na interação com o meio na qual vivem, contribuindo para construção de sua autoimagem. Essas aprendizagens aconteceram através das brincadeiras e interações.

O projeto previa evidenciar as situações que compõem a vida dos pequenos, explorando o lúdico para desenvolver a identidade, autonomia, interações sociais, afetividade no ambiente familiar, e tudo isso embasado nos pilares da Educação Infantil. As informações sobre esse projeto estão mais detalhadas no tópico do capítulo.

Para pôr em prática as propostas descritas nos projetos, foi solicitado pela coordenação do CREI a gravação de vídeos interativos. Para elaboração dos

vídeos, recebemos um guia de etiquetas, demonstrando como deveríamos arrumar o cabelo, como deveria ser o vestuário, a iluminação do ambiente, dentre outras orientações, trazendo consciência da importância ao compartilhar com a turma as vivências, pois existem vários fatores que devem ser considerados para produzirmos um material de qualidade.

Nas gravações dos vídeos, ocorreram alguns impasses por causa de alguns barulhos da vizinhança, dos animais domésticos, dos carros de som e até mesmo ruídos pelos próprios familiares. Em vista disso, a creche se disponibilizou para que as professoras utilizassem seu espaço para gravações.

Ainda com relação aos vídeos, para engajar as crianças a participarem das vivências, foram solicitados 40 minutos de interação com o grupo via whatsapp, na turma do infantil IV-B deu certo até o segundo projeto " *Contando Histórias e Construindo Valores* ". Outro instrumento de engajamento foi a chamadinha online, era enviado um áudio cumprimentando as crianças e pedindo aos que estavam presentes no grupo respondessem escrevendo o nome ou emojis, mas infelizmente não obteve êxito, como não houve interação nas respostas e as crianças não eram impulsionadas pelos familiares a participar, resolvi deixar de fazê-lo.

Tendo em vista a mudança de rotina de trabalho pedagógico e pelas dificuldades enfrentadas, O CREI e a Secretaria de Educação se preocuparam com a saúde mental dos professores e ofereceram apoio psicológico. O ano de 2020 serviu de experiência para enfrentarmos as dificuldades advindas de um momento de incertezas na educação. Vale ressaltar o papel fundamental da direção do CREI que esteve disposto em comunicar-se e oferecer informações, trazendo soluções para as dúvidas que surgiam.

4.1 Projeto Educativo Coisas de Criança Cidadã

O Projeto Educativo *Coisas de Criança Cidadã* foi organizado pelas supervisoras educacionais do município de Cabedelo/PB como mais uma atividade proposta para o contexto do trabalho remoto na Educação Infantil, com

intuito de trabalhar seguindo as orientações do CNE e dos decretos municipais em decorrência da COVID-19.

Para fundamentação e organização deste, foi alicerçado nos documentos: DCNEI, LDB e a BNCC. Abordando como princípio de aprendizagem os estímulos, descobertas e brincadeiras, tendo em vista contribuir para construção da identidade e da cidadania na infância.

De acordo com Paschoal e Machado (2009, p. 91), o currículo na educação infantil “não pode ser entendido como um plano individual, mas como um projeto coletivo que deve ser pensado e elaborado para o crescimento tanto do professor como das crianças”. Por este viés, o município de Cabedelo contou com a participação e contribuições dos CREIs pertencentes à localidade.

No total foram 10 CREIs que organizaram a proposta de trabalho remoto na educação infantil durante a pandemia, iniciando com as atividades no início do mês de junho de 2020 e finalizando-as em dezembro deste mesmo ano, encerrando o ano. Embora o tempo de duração deste plano seja em curto prazo, as atividades propostas foram bastante pertinentes para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças por estarem em conformidade com as propostas presentes nos documentos para Educação Infantil.

Ferraz (2021, *apud*. CECÍLIO, 2021, p.02) afirma que:

o ensino remoto normalmente não seria uma opção para a Educação Infantil mas que, no atual cenário, é possível pensar em um ensino não presencial com foco nas vivências das crianças, seguindo os campos de experiências e os objetivos de aprendizagem previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Nesse sentido, as propostas deste projeto estão diretamente relacionadas a este documento normativo, o qual tem viabilizado o trabalho remoto no CREI de Cabedelo/PB. Considerando os direitos de aprendizagens e desenvolvimento definidos pela BNCC (2018) a partir de 6 (seis) direitos, sendo estes: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, assim sendo, o cronograma de atividades proposto pelo Projeto Educativo dispõe de atividades que visam garantir esses direitos.

O Quadro 1 apresenta as atividades propostas relacionadas aos direitos de

aprendizagem e desenvolvimento.

Quadro - 1: Atividades sobre aprendizagem e desenvolvimento.

Temas de Aprendizagem e Desenvolvimento	Atividades Propostas
Aprender a Conviver (viver juntos)	- Família, rodas de conversas (temas diversificados), contação de histórias, conto, reconto, fábulas, brincadeiras, desenho livre e/ou direcionado, pintura, construção de brinquedos com a família e etc.
Aprender a Fazer	- Roda de conversa, contação de histórias, contos, recontos, fábulas, músicas, brincadeiras, vídeos educativos, jogos e etc.
Aprender a Cuidar	- Desenvolver atividades sobre emoções, sentimentos e relações através de roda de conversa, contação de histórias, conto, reconto,
	fábulas, músicas, brincadeiras, vídeos educativos, jogos e etc.
Aprender a Ser	- Identidade, chamadinha Virtual, apresentando o nome das crianças através de canções, sugestão: música A canoa virou; - Contação de histórias, contos, recontos, jogos (memória, quebra-cabeça, etc), músicas, representação por desenho e etc.
Aprender a Conhecer	- Cantigas de Rodas: Pai Francisco, Atirei o pau no gato, Que bela laranja, Eu fui à Espanha, etc; Brincadeiras: escravo de jó, amarelinha, pula corda, brincadeira preferida e etc.

FONTE: Projeto Educativo Coisas de Criança Cidadã. Cabedelo/PB, 2020.

Diante das atividades apresentadas acima, a proposta educacional considera a faixa etária de cada criança, ou seja, distribui as atividades e os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de acordo com a idade, buscando assim, melhor participação e envolvimento das crianças.

No tocante ao desenvolvimento das atividades propostas pelo projeto percebe-se a necessidade de organização e planejamento de acordo com os estudos de Ribeiro e Clímaco (2020), além da necessidade de capacitação diante da utilização da tecnologia como ferramenta para o trabalho remoto. Mediante isto, Tortora (2020, p. 03) enfatiza a necessidade de "tentar entender os contextos das famílias e das crianças", considerando que as famílias são parte integrante no processo de aprendizagem de seus filhos, além de tornar possível o desenvolvimento

das atividades.

Ainda sobre a discussão da organização e planejamento, foram mobilizadas algumas habilidades para nos tornarmos profissionais que buscam, pesquisam e que participam do processo de desenvolvimento de forma ativa, dito isso, é necessário salientar que recorrer a tais habilidades faz parte do cotidiano escolar. É importante evidenciar o caráter lúdico que foi incorporado durante todo o percurso, como forma de estimular o aprendizado e torná-lo mais prazeroso e os planejamentos do CREI, visavam atender essas características e sempre eram avaliados com antecedência pela coordenação pedagógica.

No quadro apresentado acima, temos sugestões de atividades que poderiam ser desenvolvidas com as crianças durante o período remoto, cabia ao professor a decisão de executá-las ou não, podendo até fazer adaptações caso necessário, considerando a idade da criança e sua necessidade. Assim, foi decidido que cada tema de aprendizagem e desenvolvimento deveria ser trabalhado por 2 (duas) semanas e assim sucessivamente, até o último tema que finalizaria o projeto.

Com relação às vivências e atividades, compreendemos que foram bem acolhidas pelos pais ou responsáveis, está análise foi realizada com base nas checagens das visualizações dos vídeos postados no grupo do Whatsapp, participação nas vivências e pelos relatos dos familiares na hora de irem buscar as atividades ou alimentação no CREI. Infelizmente, algumas crianças não tiveram como compartilhar desse processo de aprendizagem com os seus seus pares, visto que são filhos únicos, eles compartilharam as vivências apenas com os adultos de sua casa, que foram bastante compreensíveis com relação a pandemia. E, para que não sentissem tristes, incentivamos que conversassem com os seus colegas pelo grupo do Whatsapp.

O projeto educacional toma também como referência os campos de experiência apresentados na BNCC (2018), levando em consideração a maneira como as crianças se desenvolvem através de experiências do cotidiano. São cinco os campos de experiência propostos: “O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”.

Os campos de experiência estão diretamente ligados aos dois eixos curriculares que fundamentam as práticas pedagógicas na educação infantil, “as

interações e a brincadeira”. (DCNEI, 2010. p.25). As orientações é que os campos de experiência citados acima devem ser pensados de maneira articulada, podendo ser explorados a partir dos interesses das crianças.

Atendendo a essas orientações que foram propostas nos documentos da DCNEI e BNCC, houve as articulações das vivências e atividades com os campos, as quais foram colocadas em prática no desenvolvimento dos projetos. No planejamento, foram trabalhados 1 (um) campo de experiência por dia, com base nele, realizavam-se algumas pesquisas para escolher a vivência e a atividade, para depois ser enviado á coordenação pedagógica para aprovação. É importante frisar que a BNCC é um documento norteador e traz referências para a elaboração de um currículo, e ao fazer uso dele, era posto no planejamento os Direitos de Aprendizagem e os Objetivos de aprendizagem dispostos na BNCC, além dos novos objetivos de acordo com as necessidades existentes.

Diante disso, o Projeto Educacional denomina os objetivos de aprendizagem considerando os campos de experiências e as faixas etárias de cada criança, seguidos dos objetivos, apresenta as vivências a serem realizadas.

O quadro 2 apresenta os objetivos e as vivências propostas para crianças de zero a 1 (um) ano e seis meses, levando em conta o campo de experiência o eu, o outro e o nós.

Quadro - 2: Objetivos e Vivências considerando os campos de experiência

O eu, o outro e o nós	
Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento	Vivências a serem realizadas
Perceber que suas ações têm efeitos nas outras crianças e nos adultos;	Espaços e momentos de interação nos quais os bebês possam expressar seus desejos, necessidades e sentimentos (alegrias, medos, dentre outros);
Interagir com crianças da mesma faixa etária e adultos ao explorar espaços, materiais, objetos, brinquedos;	Interação em que possa expressar desejos e sentimentos estabelecendo uma relação de identidade;

Comunicar necessidades, desejos e emoções, utilizando gestos, balbucios e palavras;	Condições e situações para que os bebês se expressem por gestos, balbucios ou palavras para indicar objetos e ações que deseja realizar;
Interagir com crianças da mesma faixa etária e adultos, adaptando-se ao convívio social.	Expressar-se por gestos, balbucios ou palavras para indicar objetos, sentimentos de alegria ou de desagrado e necessidades;

FONTE: Projeto Educativo Coisas de Criança Cidadã. Cabedelo/PB, 2020.

Tomando como exemplo o quadro acima, o projeto segue apresentando as demais faixas etárias, os referidos objetivos e as vivências propostas, considerando todos os campos de experiência.

De modo geral, os objetivos e vivências deste campo tem bastante familiaridade com o objetivo do projeto, que pretendia dar a oportunidade de trazer diversas experiências para o cotidiano das crianças, de forma a desenvolver a comunicação em seu seio familiar e fora dele. Também faz parte do projeto, a expressão de suas necessidades e sentimentos.

Portanto, visando atender as recomendações do MEC/CNE e da Secretaria de Educação do município de Cabedelo/PB os CREIs iniciaram um trabalho através da elaboração de projetos, colocando em prática as atividades remotas, com vistas a atender as necessidades vigentes, buscando garantir a aprendizagem das crianças a partir de brincadeiras e interações com as famílias.

Conforme os estudos feitos por Alves (2020) temos que muitos foram os desafios encontrados para pôr em prática as atividades remotas, principalmente com relação ao uso das tecnologias, para isso, seria necessário que os/as professores/as tivessem um maior desgaste em buscar alternativas para realizar seu trabalho. Mas é notório que diante de tantos problemas, o uso das mídias digitais e a colaboração da família possibilitaram a realização das atividades educativas no período remoto de 2020.

Observa-se que as crianças e responsáveis foram mais participativos nesse projeto, em relação aos demais projetos citados anteriormente, porque envolvia temáticas como brincadeiras, músicas, dinâmicas e histórias que chamavam mais atenção delas. Além disso, o contato com os pais individualmente pelo WhatsApp perguntando como eles estavam e pedindo que estivessem presentes no momento

das atividades também contribuiu para melhor envolvimento das crianças.

A direção do CREI realizava reuniões com os responsáveis intensificando a importância das crianças participarem das atividades. Das 17 crianças matriculadas no infantil IV-B, apenas 3 crianças não conseguiram participar do grupo formado no Whatsapp, a justificativa era que as famílias não possuíam acesso a internet ou aparelho celular.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho possibilitou compreender como a Educação Infantil se constitui como uma etapa de ensino de muita relevância para o desenvolvimento integral das crianças de 0 aos 6 anos, mas tal conquista não foi imediata, foi necessário muitas conquistas, principalmente com relação a concepção de criança que se tinha na época e depois graças aos documentos oficiais a regulamentam.

Durante muito tempo a preocupação estava relacionada aos cuidados das crianças e um lugar para as mães deixarem os filhos para poderem trabalhar e aos cuidados dessa criança, ou seja, preocupava-se apenas com a assistência. Embora hoje Educação infantil tenha um caráter educacional, ainda persiste esse lado assistencial nas instituições.

Com a Pandemia em 2020, considerando as medidas para prevenção do vírus, com isso o distanciamento social, os órgãos responsáveis pela educação no Brasil, MEC e CNE recorreram ao ensino remoto visando prevenir eventuais perdas na educação. vivemos tempos difíceis e a preocupação dos educadores/as era principalmente como a Educação Infantil seria assistida, considerando que seu desenvolvimento se dá através de estímulos e interação com seus pares e adulto.

Diante das propostas sugeridas pelo CNE para a Educação Infantil, foi possível perceber que o Município de Cabedelo/PB, juntamente com a Secretaria de Educação e os CREIS se organizaram na tentativa de pôr em prática as atividades remotas durante o período de distanciamento em 2020.

Os CREIs e Creches deste município puseram em prática os projetos educacionais alinhados à BNCC e às DCNEIs. Considerando o contato direto no emprego desses projetos educativos em um CREI durante as atividades remotas é notório termos resultados positivos e negativos. Considerando positivo temos: o uso das tecnologias que possibilitaram o contato com as crianças e familiares, contribuindo para interação e desenvolvimento das atividades, principalmente o aplicativo do Whatsapp e também a colaboração dos pais e responsáveis que foram contribuintes colaborando e participando das atividades junto às crianças. Sobre os pontos negativos temos: a necessidade de capacitação dos profissionais da Educação Infantil em manusear e utilizar as ferramentas digitais, as desigualdades sociais, considerando a acessibilidade e o manuseio das famílias

em ter acesso aos instrumentos tecnológicos.

Consideramos que todas as questões dos objetivos da pesquisa foram respondidas e devidamente sanadas, e que apesar dos desafios encontrados com relação às barreiras da comunicação neste período de atividades remotas, encontramos um meio viável através das tecnologias de ultrapassar essas barreiras, fazendo com que a maioria das crianças pudessem participar das vivências e atividades.

Assim sendo, compreendemos que para desenvolver o trabalho remoto tivemos muitas adversidades, cada CREI teve suas particularidades, para saber as experiências, as dificuldades e as estratégias para desenvolver as atividades com as crianças no período remoto, faz-se necessário um levantamento mais aprofundado.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marly Gomes da Silva. **Vivências lúdicas na educação infantil e o contexto de pandemia de covid-19 no Brasil**. João Pessoa/PB. 2020. p. 14-62.

BRASIL. Ministério da Educação. **CNE aprova diretrizes para escolas durante a pandemia**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos63715238_8/89051-cne-aprova-diretrizes-para-escolas-durante-a-pandemia>. Acesso em: 10 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP n. 5/2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/cms/images/stories/comunicacao_novo/links/04042020_Parecer_CNE_CP_5_2020.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2020.

BRASIL. **Base nacional comum curricular**. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME. 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>.

BRASIL. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DOU, 13 jul. 1990.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Referencial curricular nacional da educação infantil**. Brasília: MEC, 1998.

CECÍLIO, Camila. **Educação infantil**: Caminhos Possíveis para Trabalhar de Forma Não Presencial. Publicado em Nova Escola: 31 maio/2021. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/20391/educacao-infantil-caminhos-possiveis-para-trabalhar-de-forma-nao-presencial>>.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo. Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Projeto e relatório de pesquisa. In: **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 199-216.

LÜDKE, Menga. Abordagens Qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e

o estudo de caso. In: LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas..** São Paulo: EPU. 1996.

MARTINS, Sandra Maria Cardoso. A Trajetória da educação infantil no Brasil. **Pedagogia ao pé da letra**, 2013. Disponível em:
<<https://pedagogiaaopedaletra.com/a-trajetoria-da-educacao-infantil-no-brasil/>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Suely Ferreira Deslandes, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes, Maria Cecília de Souza Minayo (Organizadora). Cap. 1. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

NASCIMENTO, Edaniele Cristine Machado do. Processo Histórico da Educação Infantil no Brasil: Educação ou Assistência? **EDUCERE - XII Congresso nacional de educação**. Publicado em: 29 de out. 2015. Disponível em:
<<https://educere.bruc.com.br>>.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da educação infantil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR on-line**. Campinas, n, 33. 2009. p. 78-95.

PEREIRA, José Matias. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 3 ed. São Paulo: Atlas. 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale. 2013.

RIBEIRO, Marden de Pádua; CLÍMACO, Fernanda Câmpora. Impactos da pandemia na educação infantil: a pandemia acelerou a necessidade de se problematizar a questão digital na educação infantil? **Pedagogia em ação**. Belo Horizonte, v. 13, n. 1. 2020. p. 96-110. ISSN 2175 – 7003.

TORTORA, Evandro. **Educação Infantil em 2020 e as mudanças causadas por uma pandemia**. Publicado por Nova Escola em: 08 dez. 2020. Disponível em:
<<https://novaescola.org.br/conteudo/19998/educacao-infantil-em-2020-e-as-mudancas-causadas-por-uma-pandemia>>.